

**SAÚDE PELA TERCEIRA VIA: ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS POLÍTICAS DE
HIV/AIDS EM PRESIDENTE PRUDENTE, SP (1992-2020)**

***SALUD PARA LA TERCERA VÍA: ANÁLISIS GEOGRÁFICO DE LAS POLÍTICAS DE
VIH/SIDA EN PRESIDENTE PRUDENTE, SP (1992-2020)***

***HEALTH THROUGH THE THIRD WAY: GEOGRAPHICAL ANALYSIS OF HIV/AIDS
POLICIES IN PRESIDENTE PRUDENTE, SP (1992-2020)***



Mateus Fachin PEDROSO¹
e-mail: mateus.fachin@unesp.br

Como referenciar este artigo:

PEDROSO, M. F. Saúde pela terceira via: análise geográfica das políticas de HIV/AIDS em Presidente Prudente, SP (1992-2020). **Rev. Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 33, n. 00, e026002, 2026. e-ISSN: 2178-7298. DOI: 10.33081/33e026002



| **Submetido em:** 17/03/2024
| **Revisões requeridas em:** 20/10/2025
| **Aprovado em:** 11/11/2025
| **Publicado em:** 04/08/2026

Editores: Prof.^a Dra. Danielle Cardozo Frasca Teixeira
Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. Doutor.

RESUMO: O objetivo foi evidenciar a importância do terceiro setor nas políticas de prevenção e promoção da saúde acerca do HIV/AIDS em uma realidade paulista-interiorana. Para isso, tomamos como realidade de análise o município de Presidente Prudente – SP, especificamente, as ações históricas da antiga Associação Prudentina de Prevenção a AIDS (APPA), atual Associação Prudentina de Incentivo à Vida (APIV). Cabe destacar que adotamos como metodologia a realização de levantamentos sistemáticos de documentos sobre a instituição por meio de investigações, leituras e transcrições de todas as atas de reuniões da entidade (1992-2020), que foram interpretadas mediante a realização da Análise do Discurso (AD). Enquanto resultado, se fez evidente a importância desta instituição que, desde seu surgimento, tem contribuído com a articulação de serviços de saúde, bem como fomentado o avanço e implementação de políticas dedicadas à pauta HIV/AIDS. Ao longo do processo se destacaram algumas rupturas e ressignificações que foram significativas para a continuidade das ações realizadas pela associação que, hoje, expressa sua notoriedade enquanto um espaço formativo-educacional que atua junto à comunidade na promoção de discussões necessárias em diferentes escalas de atuação.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia da Saúde. Políticas públicas. HIV/AIDS. Organização Não-governamental.

RESUMEN: El objetivo de este estudio fue evidenciar la importancia del tercer sector en las políticas de prevención y promoción de la salud relacionadas con el VIH/SIDA en una realidad del interior del estado de São Paulo. Para ello, se tomó como objeto de análisis el municipio de Presidente Prudente (SP), específicamente las acciones históricas de la antigua Asociación Prudentina de Prevención del SIDA (APPA), actualmente denominada Asociación Prudentina de Incentivo a la Vida (APIV). Cabe destacar que la metodología adoptada consistió en la realización de levantamientos sistemáticos de documentos institucionales mediante investigaciones, lecturas y transcripciones de todas las actas de reuniones de la entidad (1992-2020), las cuales fueron interpretadas a partir del Análisis del Discurso (AD). Como resultado, se evidenció la importancia de esta institución que, desde su creación, ha contribuido a la articulación de los servicios de salud, así como al fortalecimiento y a la implementación de políticas dirigidas a la agenda del VIH/SIDA. A lo largo del proceso, se destacaron rupturas y resignificaciones significativas para la continuidad de las acciones desarrolladas por la asociación, que actualmente se consolida como un espacio formativo y educativo que trabaja con la comunidad en la promoción de debates necesarios en diferentes escalas de actuación.

PALABRAS CLAVE: Geografía de la Salud. Políticas Públicas. VIH/SID. Organización No Gubernamental.

ABSTRACT: The objective of this study was to highlight the importance of the third sector in HIV/AIDS prevention and health-promotion policies within an inland São Paulo context. To this end, the municipality of Presidente Prudente (SP) was analyzed, focusing specifically on the historical actions of the former Prudentina Association for AIDS Prevention (APPA), currently the Prudentina Association for the Promotion of Life (APIV). The methodological procedures consisted of systematic surveys of institutional documents through research, reading, and transcription of all meeting minutes produced by the entity between 1992 and 2020, which were examined using Discourse Analysis (DA). The results underscore the significant role played by this institution, which, since its creation, has contributed to the coordination of health services and fostered the advancement and implementation of policies centered on the HIV/AIDS agenda. Throughout the process, ruptures and reinterpretations emerged that were essential to the continuity of the association's work. Today, the institution stands out as a formative and educational space that engages with the community, promote necessary across multiple scales of action.

KEYWORDS: Health Geography. Public Policies. HIV/AIDS. Non-Governmental Organization.

Introdução

Em momentos iniciais, o vírus do HIV no Brasil assolou e assombrou violentamente a população com sua rápida difusão espacial, o que contribuiu, sumariamente, para os registros crescentes da manifestação patogênica da AIDS. Este processo célere corroborou com a edificação de ideário discriminatório, dado que “a construção social e histórica da AIDS [foi] marcada pelas tradições parciais mais rígidas, baseada na ideia da morte e da promiscuidade” (Paiva; Alonso, 1992, p. 08). Essa configuração foi resultado da articulação entre o medo, ignorância e preconceito acerca da doença, isso porque eram escassas as informações a respeito das formas de transmissão, testagem, tratamento, bem como a inexistência de serviços de saúde especializados para os adoecidos (Parker, 1991).

Neste âmbito, chamamos a atenção para questões que se atravessam, especificamente, para as assimetrias presente no encontro entre o movimento de construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e o surgimento do HIV/AIDS na década de 1980. Tal confluência evidenciou a urgência da elaboração de respostas que fossem efetivas e contemplassem a configuração multifacetada da epidemia no Brasil, já que eram notórios os diferentes ritmos e perfis acometidos (Brito; Castilho; Szwarcwald, 2000).

As demandas ocasionadas pelo HIV/AIDS descortinaram uma necessidade urgente que, por sua vez, antecedeu o estabelecimento de uma política de saúde formalizada o que, automaticamente, complexificou a resposta que vinha sendo construída. Além destas questões, outros três importantes elementos a serem considerados são os processos de interiorização, pauperização e feminização da epidemia, dado que no decorrer das décadas a difusão avançou para centro urbanos de porte médio e cidades pequenas (Barcellos; Bastos, 1996; Bastos, 2000; Prado, 2008).

Indiscutível é a expressividade e complexidade deste fenômeno, visto que se debruçar sobre essa problemática requer estabelecer interações com diferentes escalas de análise que proporcionem uma leitura da realidade em movimento (Castro, 2000; Marston, 2000). Efetivamente, compreendemos a existência de múltiplos hiatos espaço-temporais entre o planejamento e os resultados das políticas públicas de saúde, o que confere a possibilidade de estabelecermos olhares para outras importantes forças que se fizeram presentes neste movimento, como por exemplo, as ações de entidades civis e não-governamentais (Galvão, 1997).

À vista disso, para este texto, tivemos como objetivo evidenciar a importância do terceiro setor nas políticas de prevenção e promoção da saúde acerca do HIV/AIDS em uma

realidade paulista-interiorana. Portanto, o presente manuscrito segue estruturado pela Introdução e Procedimentos metodológicos de pesquisa que são sequenciados por duas seções (O caminhar das políticas de saúde: uma perspectiva histórico-geográfica voltada ao HIV/AIDS; Informação e educação: as importantes contribuições da Associação Prudentina de Prevenção à AIDS [APPA]), que dialogam e aprofundam de forma interlocutiva as discussões aqui propostas. Além destas seções, o texto conta com as Considerações Finais, Agradecimentos e Referências Bibliográficas.

Procedimentos metodológicos de pesquisa

O processo de construção da pesquisa não cessa e, conseqüentemente, as metodologias são empregadas com base na adequação interpretativa do “objeto” de estudo (Silva; Silva; Junckes, 2009). Para o atendimento de nossa proposta, foi necessária uma profunda imersão na realidade investigada, o que exigiu um refino metodológico qualitativo, principalmente para enfrentar as questões atinentes à aproximação e interação com os dados de pesquisa. Frente a isso, o primeiro passo se constituiu na ação reflexiva sobre as atividades de campo, conceitualmente e empiricamente. Sendo assim, procuramos o caminho a este rigor, já que há considerada pluralidade de interpretações sobre o que vem a ser trabalho de campo na Geografia.

Zusman (2011) realiza a iniciativa de interpretar as multiplicidades de compreensão sobre o trabalho de campo em distintos momentos da ciência geográfica. Nesta perspectiva, a autora entende que o trabalho de campo acompanha a evolução e transformação da Geografia, visto que se trata de “um caminho aberto, em constante construção, que continuará a ser enriquecido com as experiências e desafios colocados pelas realidades sociais e espaciais em contínua transformação” (Zusman, 2011, p. 27, tradução nossa). Isso considera e reforça as múltiplas possibilidades evidenciando que não há, especificamente, uma única regra que legitima o que vem ou não a ser trabalho de campo. Sob esta concepção, compreendemos como trabalho de campo na Geografia todos os tipos de ações e movimentos de pesquisa realizadas por geógrafas(os) que detém a preocupação corporificada com as questões atinentes a produção do espaço geográfico (Pedroso, 2024).

Ao partirmos deste pressuposto, buscamos qualificar este debate a partir da realidade de Presidente Prudente – SP, especificamente, por tomarmos como base interpretativa as ações históricas da antiga Associação Prudentina de Prevenção a AIDS (APPA), atual Associação Prudentina de Incentivo à Vida (APIV). Assim, cabe destacar que esta realidade,

por nós, foi aprofundada mediante levantamentos sistemáticos e análise documental (Poupart, 2012; Lima Junior; et. al, 2021) sobre a instituição.

A implementação deste processo ocorreu por meio de visitas técnicas realizadas à antiga Associação Prudentina de Prevenção à AIDS (APPA) com a duração de 7 meses. Estas atividades de campo, tiveram como finalidade a investigação acerca do material, bem como a realização de leituras e transcrições de todas as atas de reuniões (1992-2020) da instituição. Tais ações organizaram a base substancial de análise, que se manteve atrelada a informações complementares acerca do histórico institucional, como por exemplo, os registros em sites oficiais da prefeitura municipal e jornais locais.

Em termos de interpretação dos dados qualitativos, optamos pela Análise do Discurso (AD) enquanto caminho, uma vez que esta metodologia preza pela organicidade das evocações, e, por meio destas, prioriza a interpretação dos sentidos e conexões que são estabelecidos nos discursos registrados nos documentos (Pessoto, 2010). Destarte, a Análise do Discurso se debruça sobre um conjunto de elementos presentes nos enunciados que, por sua vez, dão materialidade ao corpus de análise textual mediante o registro situacional das dimensões espaciais e temporais (Maingueneau, 1997) do objeto focalizado.

O caminhar das políticas de saúde: uma perspectiva histórico-geográfica voltada ao HIV/AIDS

A necessidade de resposta ao HIV/AIDS emergiu com movimentos que já vinham acontecendo no país, sobretudo, o movimento da Reforma Sanitária que se tornou um pilar central no fomento das políticas governamentais, servindo de base para as decorrentes estruturas dos princípios e diretrizes dos serviços voltados ao HIV/AIDS, tendo como destaque a criação do Programa Estadual de São Paulo (Grangeiro; Teixeira, 2009).

Diante das contradições inerentes ao Estado brasileiro, juntamente com as iniciativas governamentais, abriu-se uma janela de oportunidades para a expansão das chamadas organizações não-governamentais que, sem fins lucrativos, se apropriaram não raras vezes de verbas públicas e de tarefas do poder público (ABONG, 2014) para atender a necessidade de acolhimento das pessoas infectadas, especialmente, a população LGBTQIAPN+ por ter sido a primeira afetada e estigmatizada pelo HIV/AIDS no cenário brasileiro (Pollak, 1990; Nemes, et. al, 2004; Campos, 2008).

Foi sob esta conjuntura que surgiu o GAPA-SP (Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS), a primeira organização não-governamental (ONG) brasileira e latino-americana que se dedicou exclusivamente às questões do HIV/AIDS, (Galvão, 1997; Valle, 2002), sendo

“fundado em 1985, composto em sua maioria por homossexuais, profissionais de saúde, doentes de AIDS e seus familiares” (Grangeiro; Teixeira, 2009, p. 90), que trouxeram voz e corpo às demandas emergentes da sociedade civil sobre tal questão.

O movimento ativista protagonizado pelo GAPA-SP somou forças às políticas de saúde que se encontravam em construção, dado que os esforços empenhados contrapunham a visão inicial clínico-assistencialista que mantinha o caráter alarmista e discriminatório das pessoas afetadas. Neste sentido, já era percebido pelo GAPA-SP a necessidade de ações educativas e informativas a respeito do HIV/AIDS, tendo estes movimentos o caráter preventivo em relação à expansão da epidemia (Galvão, 1997).

Este fato particularmente é expresso nas respostas organizadas pelo serviço de saúde do governo de São Paulo, que posteriormente influenciou na construção das políticas nacionais de HIV/AIDS em meados da década de 1980 (Grangeiro; Teixeira, 2009). Neste ponto, Nemes et. al (2004, p. 311) chamam à atenção reforçando que

[...] essas características se mantiveram presentes ao longo dos vinte anos de desenvolvimento do Programa Brasileiro de DST/AIDS e imprimiram marcas específicas às políticas institucionais de organização da assistência, representadas por uma ativa interação dessa organização com a dinâmica epidemiológica da epidemia e pela opção em se fortalecer os mecanismos de diálogo e articulação com o movimento social.

Esta interação ainda que apresentasse algumas defasagens e tensionamentos, permitiu que as demandas da população fossem pautadas e problematizadas no Brasil. Outro notável fato despertado pelo GAPA-SP foi o incentivo a outras ONG's de mesma natureza, que emergiram em diferentes estados enquanto “[...] grupos sociais com o objetivo de desenvolver atividades de intervenção na comunidade, produzir conhecimentos, defender direitos de grupos mais atingidos pela epidemia e realizar o controle social das políticas de saúde” (Grangeiro; Teixeira, 2009, p. 90).

Indubitavelmente, o surgimento e apoio de instituições e organizações não-governamentais foi de extrema importância no combate a progressão dos casos de HIV/AIDS em todo o Brasil (Valle, 2002; Monteiro; Vilela, 2009). A força popular na organização dos serviços de saúde, sobretudo em realidades não-metropolitanas, arrefeceu a gravidade da insuficiência do Estado, que a duras penas lutava contra o desprovimento de recursos estruturais, organizacionais e humanos na construção de políticas públicas de saúde voltadas ao HIV/AIDS.

Sob tais prerrogativas, é salutar o intento em tornar inteligível o percurso histórico de Presidente Prudente² - enquanto exemplo - no que tange às políticas de saúde, sobretudo, os serviços voltados ao HIV/AIDS em uma realidade interiorana. Isso porque consideramos que estes aspectos não são interpretados de forma isolada, mas sim interdependentes e conectados, já que “a relação entre a saúde pública e o desenvolvimento rural-urbano de Presidente Prudente deve ser compreendida no contexto mais amplo de correlação das forças políticas externas e internas ao poder local” (Guimarães, 2000, p. 186). Tais elementos interpretados geograficamente nos auxiliam na compreensão e caracterização do HIV/AIDS ao longo do processo, uma vez que evidencia suas similitudes e particularidades quando projetadas em outras escalas de análise (Castro, 2000; Marston, 2000).

É preciso dizer que no início da década de 1980, quando foram diagnosticados os primeiros casos no Brasil, Presidente Prudente já contava com uma considerável rede de assistência à saúde, contudo, esta mesma não estava apta a enfrentar a demanda do HIV/AIDS, uma vez que os serviços públicos eram incipientes frente aos primeiros casos notificados em 1987 (Pedroso, 2017; 2023). A partir do diagnóstico inicial, houve crescentes registros em Presidente Prudente, que ampliavam a pluralidade dos sujeitos afetados, quando pautadas as variáveis sexo, faixas etárias, orientação sexual, raça-etnia e nível educacional; resultados de uma epidemia que se expandia rapidamente no interior paulista (Prado, 2008).

Vias de fato, os casos inicialmente notificados em Presidente Prudente se depararam com uma realidade em construção, menos favorecida quando comparada as outras regiões do país. Neste período, cabe ressaltar que tais casos foram recebidos e tratados na assistência básica de saúde por médicas(os) clínico-gerais, dado que o município não contava com profissionais especializados em infectologia (Presidente Prudente, 2018), sendo o acompanhamento clínico destes pacientes redirecionados à centros já consolidados.

Na época a crescente notificação dos casos expressou a urgência em elaborar a respostas político-organizativas frente à disseminação do HIV/AIDS. Tais respostas vieram enquanto ações de implementações através do município e suas decorrentes articulações (estaduais e federais), sobretudo as estaduais, proporcionando a instalação do Programa Municipal DST/AIDS em 1989 a partir das prerrogativas do SUS que, também estavam em seus movimentos iniciais de construção (Presidente Prudente, 2018; Pedroso, 2023).

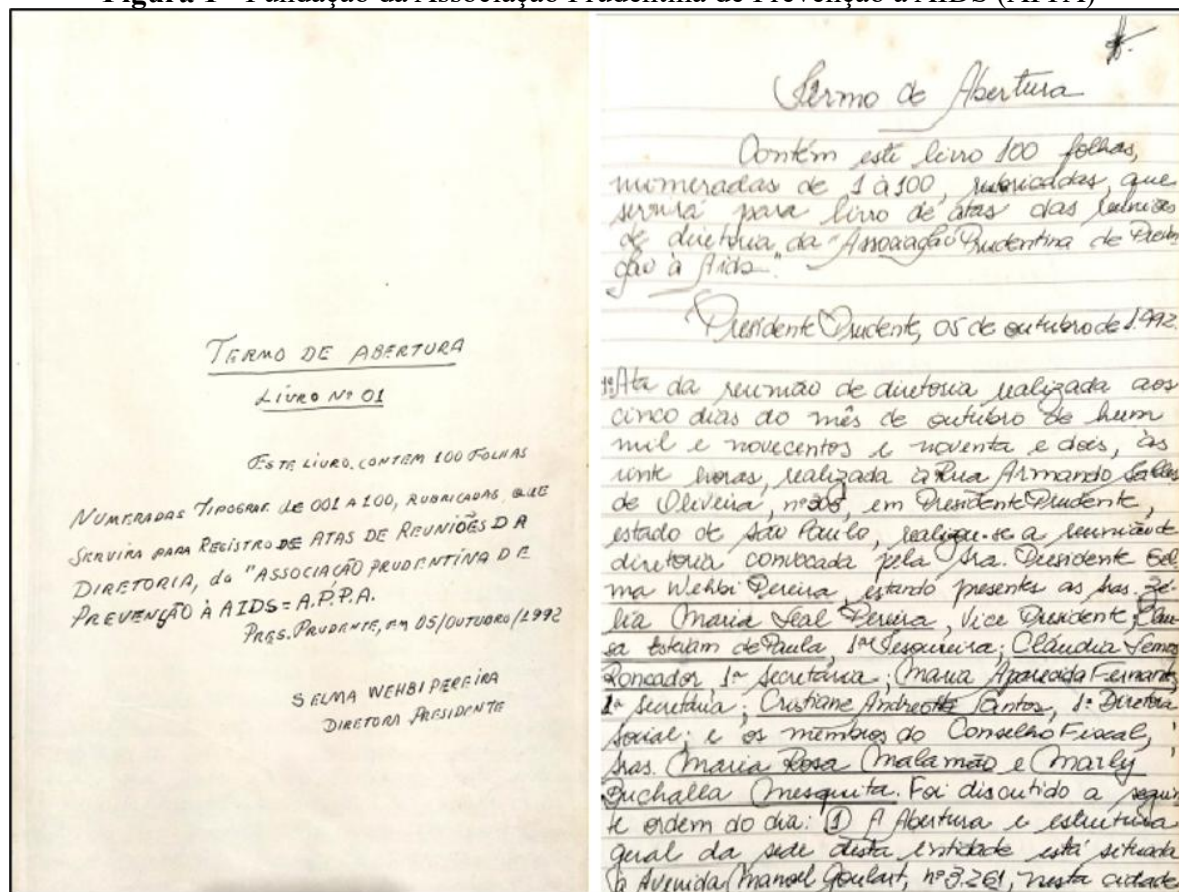
² Presidente Prudente é um município paulista situado ao extremo Oeste do estado, localizado no Pontal do Paranapanema onde desempenha importante papel como pólo regional (IBGE, 2014). Esta realidade se constituiu ao longo do tempo, de modo que foi consolidada, sobretudo, pelo crescimento econômico administrativo do município.

Este movimento inicial não foi simples, dado as dificuldades estruturais e organizativas frente à problemática, o que exigiu uma importante articulação enquanto resposta aos movimentos do HIV/AIDS, dado que os serviços existentes passaram a operacionalizar seus atendimentos de modo efetivo, permitindo acumular densidade organizativa. Além disso, houve outros desafios, como o enfrentamento de estigmas, preconceitos e conservadorismo em relação à doença (Garcia; Koyama, 2008). Deste modo, os anos iniciais dos serviços voltados ao HIV/AIDS em Presidente Prudente foram fortemente marcados por esta construção, embasada no medo e desinformação a respeito do assunto que, gradualmente, veio sendo desconstruída pelas ações dos serviços que, posteriormente, foram reforçadas pelas ações da antiga Associação Prudentina da Prevenção à AIDS (APPA), constituída no início da década de 1990.

Informação e Educação: as importantes contribuições da Associação Prudentina de Prevenção à AIDS (APPA)

A Associação Prudentina de Prevenção à AIDS (APPA) foi fundada em Presidente Prudente em 1992 (Figura 1 e Quadro 1) por um grupo de voluntárias (Rede Feminina de Combate ao Câncer) preocupadas com a rápida difusão de novos casos de HIV/AIDS na cidade. A fundação da APPA, uma organização não-governamental (ONG), expressou localmente a concretização de um movimento mais geral de construção das políticas públicas voltadas ao HIV/AIDS, isso em decorrência do apoio e interação entre os serviços governamentais e não-governamentais de diferentes instâncias de ação.

Destarte, a concretização deste movimento inicial manteve como preocupação a conscientização sobre o combate à AIDS no município que, neste caso, se deu por meio da circulação de informações qualificadas e acessíveis à população. Assim, a APPA manteve como finalidade primária atender os sujeitos que eram encaminhados pelos órgãos e serviços públicos de saúde, como explicita a figura 1, transcrita no quadro 1.

Figura 1 - Fundação da Associação Prudentina de Prevenção à AIDS (APPA)

Fonte: Atas de Registro – APPA (Livro 01, p. 01, 1992) - Acervo institucional.

Quadro 1 - Transcrição de Atas - Fundação da Associação Prudentina de Prevenção à AIDS (APPA)

TERMO DE ABERTURA Livro nº 01
Este livro contém 100 folhas tipografadas de 001 a 100, rubricadas, que servirá para registros de atas de reuniões da diretoria da "Associação Prudentina de Prevenção à AIDS – APPA" Presidente Prudente, 05 de outubro de 1992 Selma Wehbi Pereira Diretora Presidente
Presidente Prudente, 05 de outubro de 1992
1º Ata da reunião da diretoria realizada aos 05 dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e dois, às vinte horas, realizada na Rua Armando Salles de Oliveira, nº 305, em Presidente Prudente, Estado de São Paulo, realizou-se a reunião de diretoria convocada pela Sra. Presidenta Selma Wehbi Pereira, estando presente as Sras. Zélia Maria Leal Pereira, Vice-presidenta, Cleusa Estevam de Paula, 1ª Tesoureira, Claudia Lemos Roncador, 1ª Secretária, Maria Aparecida Fernandes, 2ª Secretária, Cristiane Andreotti Santos, 1ª Diretora Social, e os membros do Conselho Fiscal, Sras. Maria Rosa Malamão e Marly Buchalla Mesquita. Foi discutida a seguinte ordem do dia: 1. A abertura e estrutura geral da sede desta entidade está situada na Avenida Manoel Goulart, nº 3261, nesta cidade [...] (Fragmento da 1º Ata da reunião da diretoria, 05 de outubro de 1992, p. 01).

Fonte: Atas de Registro – APPA (Livro 01, p. 01, 1992) - Acervo institucional.

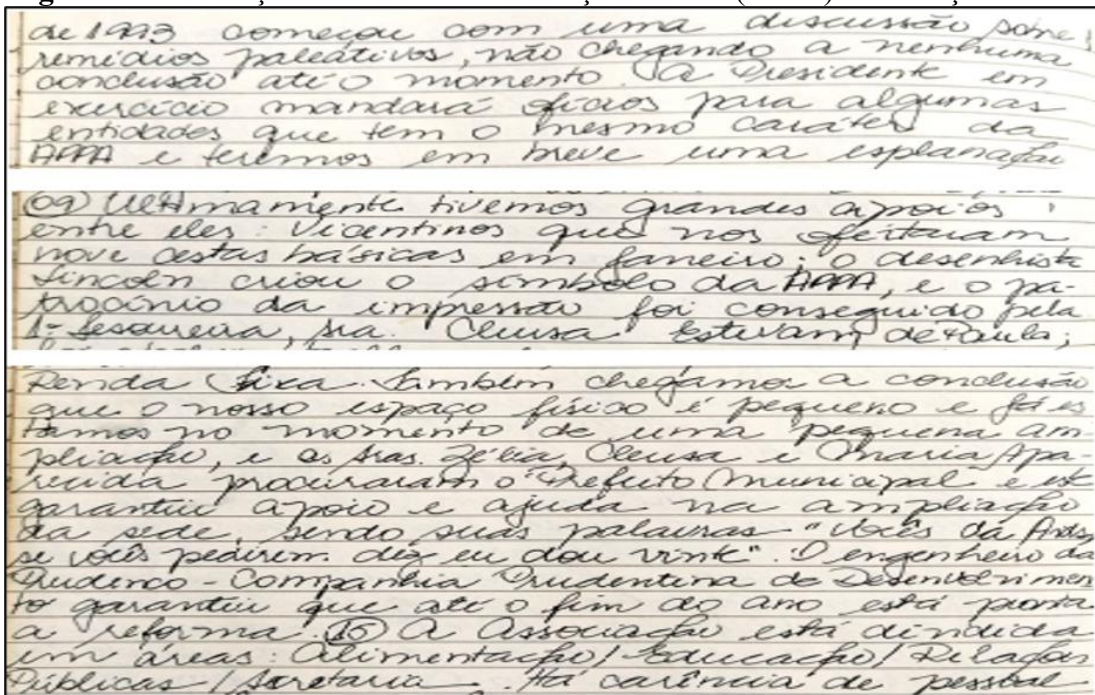
Desde o início, a APPA buscou lutar pela melhoria constante dos serviços dedicados ao HIV/AIDS, tanto aqueles que são correlatos à assistência médico-hospitalar local, quanto os dedicados ao combate contra discriminação. Isso foi implementado paulatinamente através da sensibilização, conscientização dos jovens e da comunidade sobre o tema AIDS, de modo que procurou envolvê-los no trabalho voluntário junto a associação. Assim, suas ações estiveram orientadas sob duas premissas: a prevenção junto à sociedade e o apoio às Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (PVHA).

A primeira frente de ação esteve voltada à comunidade geral por meio da interação direta e dialogada via realização de palestras, campanhas e eventos que prezavam pela acessibilidade informativa sobre IST's, HIV/AIDS, cuidados em saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento mediante a distribuição de folhetos, folders e preservativos à comunidade. No que se refere ao segundo modo de atuação, vale destacar a implementação de apoio de diferentes ordens, como a oferta de suporte psicossocial (coletivo e individual), visitas domiciliares e/ou hospitalares, reuniões formativas periódicas, projetos e cursos para crianças, adolescentes e adultos. Ainda sob essa perspectiva, também é de relevante destaque o fornecimento mensal de cesta básica e quinzenal de produtos hortifrútis que eram distribuídos para as Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (PVHA).

Estas primeiras proposições foram implementadas na medida da possibilidade, dado que foram experienciadas inúmeras dificuldades cotidianas, sobretudo, as que são de ordem organizacional e estrutural. Neste primeiro momento, ficaram evidenciados os desencontros dos focos e ações, bem como a presença de algumas divergências internas que dificultaram os avanços da proposta inicial.

Os primeiros passos da instituição, ainda que carregados de intenções louváveis, se deram de forma pouco acertada, isso porque a operacionalização das ações demandava recursos humanos que, na época, eram escassos e dependiam estritamente do voluntariado. Neste âmbito, a primeira gestão da instituição também usufruía de poucas informações frente a complexidade do HIV/AIDS em uma realidade interiorana como a de Presidente Prudente, o que contribuía com a onerosidade do trabalho e a vagareza dos avanços.

Mesmo com distintos e volumosos desafios, este primeiro grupo manteve a sagacidade de sustentar a pauta HIV/AIDS como sua premissa central, de modo que se articularam à grupos, associações e pessoas de relevância político-social da época para a manutenção e ampliação de suas ações. Isto posto, se faz necessário mencionar os incontáveis esforços e colaborações que se demonstraram presentes nos primeiros momentos, como retratado na figura 2, transcrito no quadro 2.

Figura 2 - Associação Prudentina de Prevenção à AIDS (APPA): articulações iniciais

Fonte: Atas de Registro – APPA (Livro 01, p. 06-07, 1993) - Acervo institucional.

Quadro 2 - Transcrição de Atas - Associação Prudentina de Prevenção à AIDS (APPA): articulações iniciais

[...] 1993 começou com uma discussão sobre os remédios paliativos, não chegando a nenhuma conclusão até o momento. A presidente em exercício mandará ofícios para algumas entidades que tem o mesmo caráter da APPA e teremos em breve uma explanação (Fragmento da 4ª Ata da reunião da diretoria, 08 de março de 1993, p. 10).

[...] 9. Ultimamente tivemos grandes apoios, entre eles: Vicentinos, que nos ofertaram nove cestas básicas em janeiro; o dentista Lincoln criou o símbolo da APPA, e o patrocínio da impressão foi conseguida pela 1ª Tesoureira, Sra. Cleusa Estevam de Paula [...] (Fragmento da 4ª Ata da reunião da diretoria, 08 de março de 1993, p. 10).

[...] Renda Fixa – Também chegamos à conclusão que o nosso espaço físico é pequeno e já estamos no momento de uma pequena ampliação, e as Sras. Zélia, Cleusa e Maria Aparecida procuraram a Prefeito Municipal e este garantiu apoio e ajuda na ampliação da sede, sendo suas palavras: “Vocês da AIDS, se vocês pedirem dez eu dou vinte”. O engenheiro da Prudentino – Companhia Prudentina de Desenvolvimento, garantiu que até o fim do ano está pronta a reforma. 15. A associação está dividida em áreas: Alimentação; Educação; Relações Públicas; Secretaria. Há carência de pessoal [...] (Fragmento da 4ª Ata da reunião da diretoria, 08 de março de 1993, p. 14).

Fonte: Atas de Registro – APPA (Livro 01, p. 06-07, 1993) - Acervo institucional.

Destacar as ações iniciais da instituição nos auxilia na compreensão dos inúmeros processos que engendram a configuração prudentina, de modo que explana a realidade local, ao ponto que também estabelece alinhamento com a realidade mais ampla do país. Neste sentido, se faz importante considerar o momento político e econômico inflacionado do Brasil na primeira metade da década de 1990 (Oliveira, 2003), sobretudo, quando direcionado olhares para a realidade do Oeste paulista, a porção mais empobrecida do Estado de São

Paulo. Vale lembrar que o país vivia à época um conjunto recessivo, efeito do que foi considerado a década perdida.

Estes rebatimentos externos, advindos de outras escalas, fomentaram reverberações para a realidade de Presidente Prudente, sobretudo, para as Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (PVHA) que já enfrentavam outras inúmeras vulnerabilidades (Pedroso, 2023). Deste modo, o caráter de apoio destacado pelos princípios da instituição, especificamente, os relacionados aos subsídios alimentícios, ganharam conotações de caráter assistencialista, o que gerou complicações para o entendimento e cumprimento do papel social da instituição.

Este raciocínio, socialmente elaborado, partia da concepção paliativa em relação ao enfrentamento do HIV/AIDS que, neste caso, não se reduzia somente a doença em si, mas, sobre toda a complexidade de sujeitos interioranos que viveram com HIV/AIDS em uma realidade rural-urbana que estava distante dos centros de pesquisas sobre medicações (Pedroso, 2022), dos serviços de saúde especializados e da possibilidade de tratamentos, ao mesmo tempo que se encontrava permeada por uma realidade cultural, social e religiosa conservadora (Garcia; Koyama, 2008) que, complexificava o rompimento de tabus sustentados por lógicas biologicistas e estigmatizantes.

Neste sentido, foram grandes os desafios encontrados pela instituição, dado que não havia muitos recursos de ordem estrutural, financeira e de orientação institucional, fazendo com que o processo fosse paulatinamente construído pela ação das(os) voluntárias(os) que se dispuseram em contribuir com a causa. Vale salientar que a conjuntura destes esforços ganhou solidez e garantiu a sistematização organizativa da instituição em 1994, quando registrou seu primeiro regimento interno, como expõe a seguir o quadro 3.

Quadro 3 - 1º Regimento Interno da Associação Prudentina de Prevenção à AIDS (APPA)

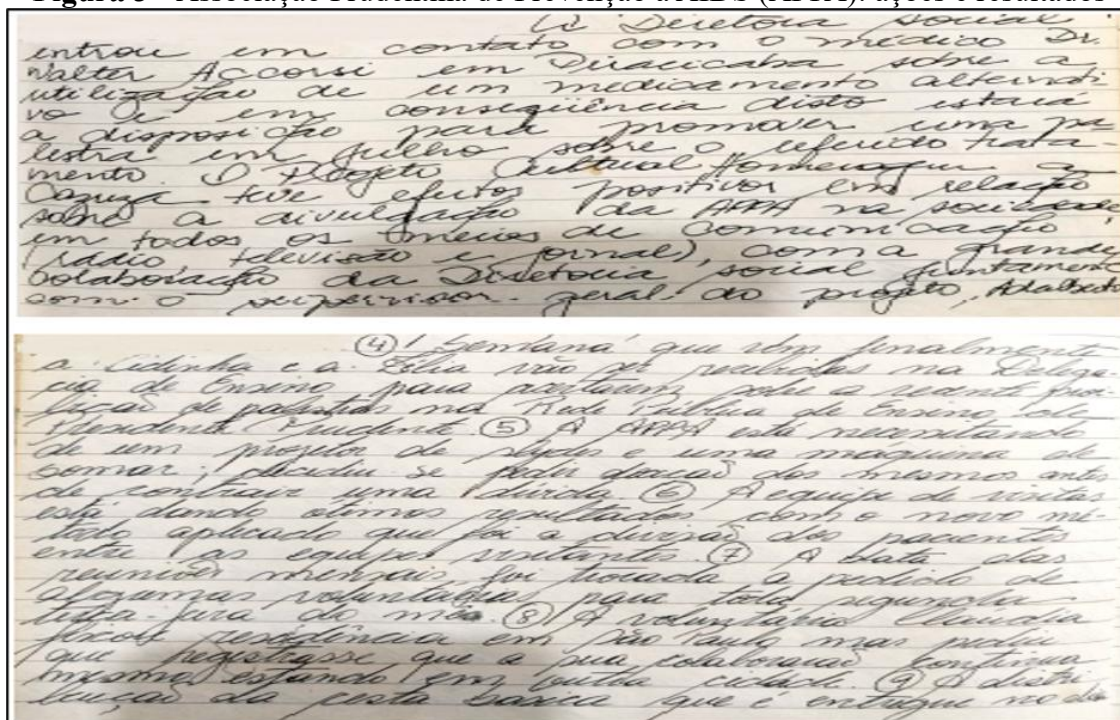
REGIMENTO INTERNO (Síntese) <i>Associação Prudentina de Prevenção à AIDS, Presidente Prudente – SP</i> 23 de junho de 1994 Art. 1º - Fica instituído o Regimento Interno da Associação Prudentina de Prevenção à AIDS, com fundamento no Art. 4º de seus Estatutos Sociais, aprovado pela Assembleia Geral do dia 28 de setembro de 1992 com entrada em vigor na mesma data e devidamente registrado, que terá a finalidade de nortear as atribuições, deveres e responsabilidade dos pacientes, voluntários e demais elementos de apoio administrativo. Art. 2º - É considerado paciente, para efeito deste regimento, o doente ou portador do vírus da AIDS, oficialmente encaminhado pelo Centro de Saúde de Presidente Prudente ou órgão que legalmente o substitua, após o competente registro na Associação Prudentina de Prevenção à AIDS. Art. 3º - Cada paciente receberá da entidade, todo o dia 26 de cada mês, ou no dia útil imediato que se seguir, uma cesta contendo alimentos não perecíveis e às segundas-feiras, um sacolão contendo frutas, legumes, verduras, leite de soja e pão, montados ao exclusivo critério da Associação. Art. 4º - A entidade poderá colocar à disposição dos pacientes, psicólogos, assistentes sociais ou outros profissionais que julgar necessário para atendimentos aos mesmos. Art. 5º - A Associação providenciará cursos artesanais para os matriculados, cujo produto de venda das peças elaboradas será dividido 50% (cinquenta por cento) para os participantes e 50% (cinquenta por cento) se reverterá para a APPA, sendo contabilizado em separado para aplicação, exclusivamente, na compra de novos materiais para a mesma finalidade. Art. 6º - O paciente se obriga a retirar a cesta mensal e o sacolão semanal, por si, ou por intermédio de terceiro devidamente credenciado, nos dias previamente designados, sob pena de não o fazendo, perder, definitivamente o direito aos mesmos. Art. 7º - Todos os doentes e portadores registrados na APPA se obrigam a seguir, rigorosamente, as determinações terapêuticas prescritas pelo Centro de Saúde, comparecer às consultas previamente marcadas, sendo que o não comparecimento a 3 (três) delas, implicará na perda dos benefícios oferecidos pela Associação. Da mesma forma, perderá o direito aos benefícios no caso de não comparecimento nos eventos de caráter geral ou particular convocados pela Associação. Art. 8º - O envolvimento do paciente com a justiça criminal após o seu registro na APPA, acarretará, o seu automático desligamento da mesma, ficando proibido o retorno em qualquer época. Art. 9º - A Associação Prudentina de Prevenção à AIDS em hipótese alguma fornecerá atestados ou declaração de conduta dos pacientes, bem como medicamentos de qualquer espécie. Art. 10º - Os voluntários, no exercício de suas tarefas, deverão guardar sigilo absoluto no tocante aos assuntos relacionados com os pacientes. Art. 11º - Conquanto não haja vínculo obrigacional entre os voluntários e a Associação Prudentina de Prevenção à AIDS, as obrigações assumidas a bem da responsabilidade de cada um devem ser cumpridas com zelo e denodada dedicação. Art. 12º - A impossibilidade do comparecimento do voluntário no plantão designado, implica na responsabilidade pessoal de conseguir substituto. Art. 13º - O voluntário se obriga, sob compromisso, a comparecer em todos os eventos promovidos pela entidade, atender, prontamente as convocações do coordenador de voluntários ou da Diretoria, bem como comparecer às reuniões ordinárias ou extraordinárias, sendo que nestes casos, a falta injustificada em três delas, acarretará o desligamento do mesmo. Art. 14º - No caso de o voluntário deixar de prestar sua colaboração com a Associação ficará obrigado a devolver o crachá de identificação, caso em que não o fazendo, poderá ser convidada a fazer por intermédio da imprensa falada ou escrita. Art. 15º - É expressamente proibido aos voluntários utilizarem-se de procedimento relacionados aos objetivos da Associação sem o prévio conhecimento a autorização da Diretoria respondendo civil e penalmente pelos eventuais danos que dos mesmos advirem. Art. 16º - Os casos omissos serão resolvidos em reunião conjunta da Diretoria. Presidente Prudente, 23 de junho de 1994
--

Fonte: Atas de Registro – APPA (Livro 01, p. 30-31, 1994) - Acervo institucional.

A sistematização do 1º Regimento Interno da APPA, evidencia a organização das ações que outrora estavam apenas no plano das ideias. Este processo contribuiu para que a instituição criasse, ainda que minimamente, condições de movimentar e articular discussões importantes acerca da pauta. Sob este aspecto, cabe salientar que a instituição, na época, dependia basicamente de donativos advindos da sociedade civil, bem como usufruía de trabalho voluntário, o que contribuiu para que a instituição registrasse a participação de inúmeras pessoas e profissionais que se voluntariaram e, conseqüentemente, atuaram no progresso da APPA.

Acertadamente, analisar os primeiros passos sempre remeterá a ideia do que poderia ou mesmo deveria ter sido feito, mormente, no que se refere aos acertos e erros realizados pelos envolvidos. No entanto, cremos que as possibilidades foram colocadas e acessadas dentro das propostas estabelecidas, o que foi de suma importância para alcançar novas instâncias, como por exemplo, a busca por implementação das ações por meio de informações, formações, palestras, ações culturais, etc., como se pode notar na figura 3, transcritas no quadro 4.

Figura 3 - Associação Prudentina de Prevenção à AIDS (APPA): ações e resultados



Fonte: Atas de Registro – APPA (Livro 01, p. 13-14, 1993) - Acervo institucional.

Quadro 4 - Transcrição de Atas - Associação Prudentina de Prevenção à AIDS (APPA): ações e resultados

[...] A Diretora Social entrou em contato com o médico Dr. Walter Accossi em Piracicaba sobre a utilização de um medicamento alternativo e em consequência disso estará à disposição para promover uma palestra em julho sobre o referido tratamento. O projeto cultural homenageou Cazuza, teve efeitos positivos em relação sobre a divulgação da APPA na sociedade, em todos os meios de comunicação (rádio, televisão e jornal), com a grande colaboração da Diretoria Social juntamente com o supervisor geral do projeto, Adalberto [...] (Fragmento da 7ª Ata da reunião da diretoria, 03 de junho de 1993, p. 25).

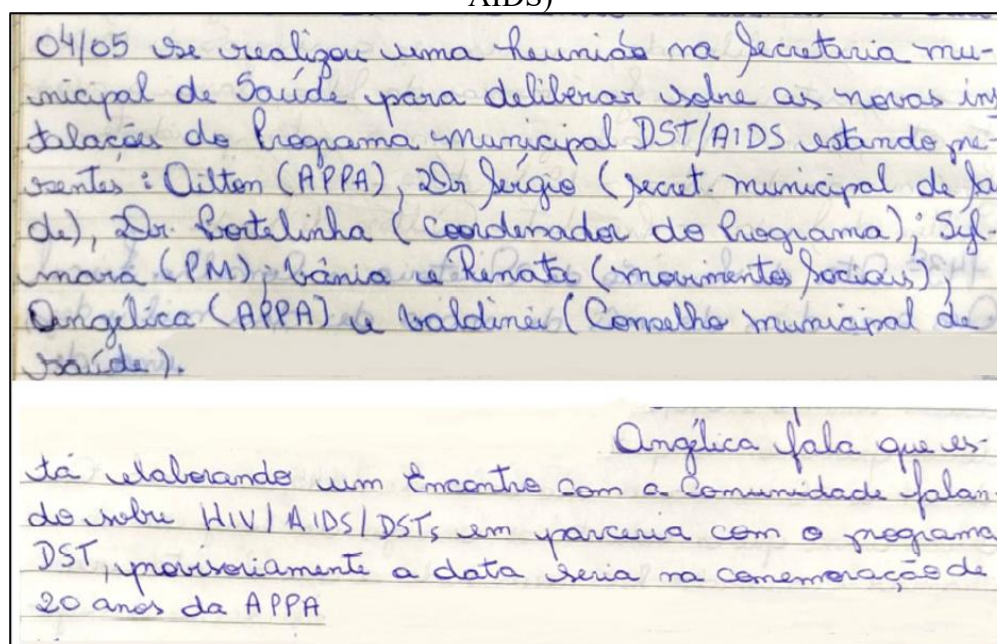
[...] 4. Semana que vem finalmente a Cidinha e a Lélia vão ser recebidas na Delegacia de Ensino para acertarem sobre a recente proibição de palestras na Rede Pública de Ensino de Presidente Prudente. 5. A APPA está necessitando de um projetor de slides e uma máquina de somar; decidiu-se pedir doação dos mesmos antes de contrair uma dívida. 6. A equipe de visitas está dando ótimos resultados com o novo método aplicado que foi a divisão dos pacientes entre as equipes visitantes. 7. A data das reuniões mensais foi trocada a pedido de algumas voluntárias para toda segunda terça-feira do mês. 8. A voluntária Claudia fixou residência em São Paulo, mas pediu que registrasse que sua colaboração continua mesmo estando em outra cidade. 9. A distribuição básica que é entregue no dia [...] (Fragmento da 8ª Ata da reunião da diretoria, 03 de agosto de 1993, p. 28).

Fonte: Atas de Registro – APPA (Livro 01, p. 13-14, 1993) - Acervo institucional.

Na figura 3 e no quadro 4, vemos as ações que foram propostas e executadas durante os anos de atividade da instituição. É notório que a inserção social da APPA em Presidente Prudente foi gradativa, visto que passou a ter visibilidade, sendo cada vez mais requerida para abordar temas como: IST's, HIV/AIDS, educação sexual, etc., em diferentes espaços (instituições, empresas, indústrias, escolas, etc.). Nesta conjuntura é necessário reconhecer o relevante esforço de prevenção, cuidado e orientação desempenhado pela APPA enquanto resposta ao HIV/AIDS em Presidente Prudente, uma vez que este trabalho se dedicou ao caráter educativo voltado à comunidade em geral.

Este trabalho foi sendo construído aos poucos, de forma articulada e partilhada no que tange os processos formativos, internos e externos à instituição, dado que a APPA realizou inúmeros eventos, campanhas, palestras e cursos para a comunidade e seus voluntários, ao mesmo tempo que buscou por capacitações e formações externas, majoritariamente, articuladas às participações em coletivos como: o Fórum das ONG/AIDS do Estado de São Paulo (FOAESP), o Encontro Regional de ONG, Redes e Movimentos de Luta Contra a AIDS (ERONG), Encontro Nacional de ONG, Redes e Movimentos de Luta Contra a AIDS (ENONG), Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas (MNCP), entre outros. A implementação contínua destas ações possibilitou avanços no enfrentamento do HIV/AIDS em Presidente Prudente, de modo que contribuiu para a ampliação, consolidação e articulação dos serviços de saúde especializados, como apresenta a figura 4 e o quadro 5.

Figura 4 - Articulações e parcerias: ações da APPA (Associação Prudentina de Prevenção à AIDS)



Fonte: Atas de Registro – APPA (Livro 02, p. 103-137, 2010-2012) - Acervo institucional.

Quadro 5 - Transcrição de Atas - Articulações e parcerias: ações da APPA (Associação Prudentina de Prevenção à AIDS)

[...] 04/05 se realizou uma reunião na Secretaria Municipal de Saúde para deliberar sobre as novas instalações do Programa Municipal DST/AIDS estando presentes: Ailton (APPA), Dr. Sérgio (Secretaria Municipal de Saúde), Dr. Portelinha (Coordenador do Programa), Sylmara (PM), Vânia e Renata (Movimentos sociais), Angélica (APPA) e Valdinei (Conselho Municipal de Saúde) [...] **(Fragmento da 143ª Ata da reunião da diretoria, 11 de maio de 2010, p. 103).**

[...] Angélica fala que está elaborando um encontro com a comunidade falando sobre HIV/AIDS/DST's em parceria com o Programa DST, provisoriamente a data seria na comemoração de 20 anos da APPA [...] **(Fragmento da 168ª Ata da reunião da diretoria, 24 de maio de 2012, p. 137).**

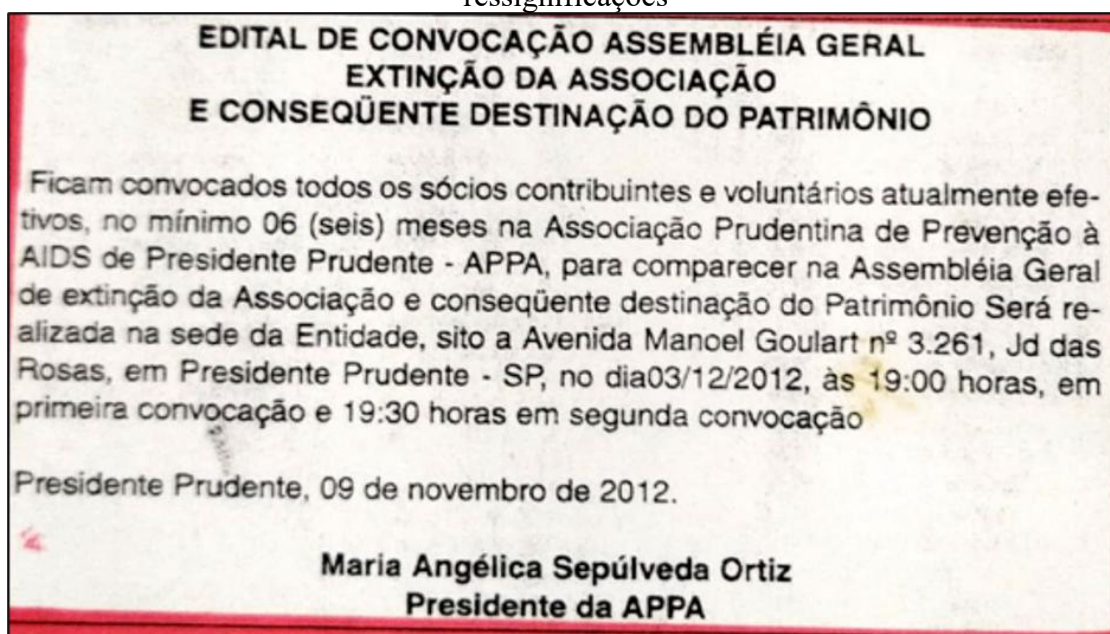
Fonte: Atas de Registro – APPA (Livro 02, p. 103-137, 2010-2012) - Acervo institucional.

A articulação desempenhada entre os diferentes serviços fortaleceu o movimento de combate à AIDS, sobretudo, no que se refere ao atendimento da população nas dimensões clínicas, culturais e sociais. Este processo possibilitou abertura para o estabelecimento de outros diálogos, o que permitiu a APPA lidar diretamente com o enfrentamento das vulnerabilidades ligadas ao HIV/AIDS, de modo que buscou pela atenuação das mesmas por meio das estratégias focalizadas na defesa dos direitos, da cidadania e da promoção social (APPA, 2011).

No decorrer dos anos, foi crescente o número de pessoas e famílias atendidas pela APPA, tal qual também se demonstrou mais bem organizado o quadro funcional dos agentes que compuseram o voluntariado. Além disso, vale destacar o processo de continuidade de maior parte das ações implementadas pelas gestões anteriores, o que corroborou com a consolidação de algumas ações, a reflexão crítica de outras, bem como a emergência de novas possibilidades.

Evidenciado os princípios e os latentes avanços, também se faz necessário pontuar os aspectos desfavoráveis que estiveram presentes no caminhar da instituição. Sob esta questão, é preciso salientar as constantes dificuldades relacionadas à sustentabilidade da APPA e suas ações, visto que na época, a associação usufruía fundamentalmente de alguns repasses municipais, bem como de recursos capitaneados pelas suas atividades e/ou mesmo doações recebidas da sociedade prudentina. O crescimento de suas ações, atendimentos e a forte política assistencialista passou configurar constantes dificuldades logísticas e orçamentárias que, em 2012, atingiram o ápice e ameaçaram o fechamento da instituição, como registra a figura 5.

Figura 5 - Associação Prudentina de Prevenção à AIDS (APPA): dificuldades e ressignificações



Fonte: Atas de Registro – APPA (Livro 01 e 02) - Acervo institucional.

Ao longo do processo ficou evidenciado o crescimento, projeção e atuação da instituição no decorrer dos anos, haja visto que a entidade havia completado 20 anos de atuação, o que demonstrava sua projeção estadual e nacional no combate ao HIV/AIDS. Frente ao conjunto construído, formou-se um novo grupo que assumiu a gestão da instituição e, assim impediu seu fechamento, visto que o encerramento das ações da APPA seria um episódio lastimável para toda a sociedade prudentina e região. Esse esforço de continuidade requereu novos planejamentos e adequações, sobretudo, de ordem estatutária que, por sua vez, reordenou expressivamente os modos de atuação da instituição.

Uma das principais mudanças está ligada ao intento de ruptura com a lógica assistencialista, dado que a instituição a duras penas implementou atividades que ultrapassem o caráter emergencialista unidirecional. Assim, a APPA, passou a centrar esforços em ações voltadas à comunidade para além das questões diretamente ligadas ao HIV/AIDS, visto que se estimulou o entendimento de que a prevenção e a promoção da saúde garantem aos sujeitos a possibilidade de emancipação social (Czeresnia, 2003; Costa; Bernardes, 2012), uma vez que os distanciam de quadros vulnerabilizantes.

O atendimento desempenhado pela APPA, desde então, passou a implementar profundamente o caráter social, preventivo, promotor da saúde e da educação, atuando então em outras dimensões da vida dos sujeitos. A partir destas ações, se manteve o enfoque direcionado ao cuidado e ao bem-estar das pessoas, salientando que a instituição reforçou a

qualidade do atendimento social, psicológico e formativo à todas(os) sem distinção de idade, nacionalidade, sexo, raça-etnia, orientação sexual ou religião (APPA, 2011).

Tais mudanças possibilitaram à APPA adotar outra postura de ação. Estes novos movimentos estiveram embasados pelos princípios norteadores da instituição, ao ponto que ganharam materialidade por meio da implementação de projetos que atendessem a população, principalmente, crianças, jovens e adultos. As novas ações realizadas por meio dos projetos permitiram a instituição alçar outras parcerias e financiamentos, de ordem pública e privada, contribuindo assim com a sustentabilidade e realização das atividades (Campos, 2008), visto que tal caminho é viabilizado pela Lei nº 13.019/2014 que

[...] estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil (Brasil, 2014).

Com isso, o papel social da instituição não se manteve restrito à doença em sentido curativo, mas, buscou atender a complexidade dos sujeitos pela educação, inserção social e sua autoemancipação por meio da realização de projetos que contribuíssem com a formação cidadã (Pedroso; Guimarães, 2019; Pedroso, 2023). Assim sendo, a APPA tem registrado na última década inúmeras atividades viabilizadas por projetos, como cursos de dança, artesanato, informática, música, etc., que acessam outras dimensões dos sujeitos e, assim os inserem na sociedade enquanto agentes de transformação, como evidenciado nos exemplos expressos na figura 6.

Figura 6 - Associação Prudentina de Prevenção à AIDS (APPA): processos de formação cidadã



Fonte: Atas de Registro – APPA/Acervo institucional.

Cabe mencionar que as ações empregadas pela APPA ao mesmo tempo que tomaram outra roupagem, mantiveram e qualificaram os princípios e processos construídos ao longo dos anos, visto que estabeleceu conexões com o Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (FMDCA), Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Centro de Referência e Treinamento (CRT), Banco do Brasil, entre outros, que fomentaram e contribuíram para a exequibilidade dos projetos propostos pela instituição, como apresenta a figura 7.

Figura 7 - Associação Prudentina de Prevenção à AIDS (APPA): ações e reconhecimento



Fonte: Jornal O Imparcial (digital).

Este processo permitiu que a APPA conquistasse credibilidade em diferentes instâncias, garantindo representatividade política ativa na construção do debate acerca das questões do HIV/AIDS no Estado de São Paulo e no Brasil. Assim, a APPA tem atuado e demarcado posições importantes para a pauta, sobretudo, na realização de eventos que evidenciam a causa como, por exemplo, o dia 01 de dezembro (Dia de luta Mundial no combate da AIDS), participação nos Encontros de ONG/AIDS e a realização de eventos como: o 1º Fórum de Políticas Públicas em HIV/AIDS (2017) - que teve como foco o público jovem e, o 2º Fórum de Políticas Públicas em HIV/AIDS (2019) - que se dedicou ao debate voltado às mulheres. Estas ações se somam ao desempenho dos serviços de saúde, de modo que tem trazido cada vez mais visibilidade para o tema em âmbito local, regional e nacional.

Considerações finais

Realizado todo este percurso histórico-geográfico, fica evidente a importância da antiga Associação Prudentina de Prevenção à AIDS (APPA) que, desde seu surgimento, tem empenhado esforços dedicados à pauta HIV/AIDS. Ao realizarmos este raciocínio, se fizeram perceptíveis algumas rupturas e ressignificações que foram importantes para a continuidade das ações realizadas pela instituição que, hoje, expressa sua notoriedade enquanto um espaço formativo-educacional que atua junto à comunidade na promoção de discussões necessárias em diferentes escalas de atuação.

Salientar o processo de constituição, organização e transformação da Associação Prudentina de Prevenção à AIDS (APPA), ainda que sinteticamente, foi um exercício necessário que contribuiu com a compreensão articulada dos serviços de saúde voltados às questões do HIV/AIDS em Presidente Prudente, SP. Além deste aspecto, realizar tal percurso contribuiu com a elucidação da importância do terceiro setor na implementação das políticas públicas de saúde no âmbito local, visto que a atuação da APPA possibilitou estabelecer uma interpretação sobre saúde para além da visão clínica, hospitalocêntrica e curativa em uma realidade interiorana.

Deste modo, se fez visível a permanência do compromisso com a pauta, com a saúde e o bem-estar das pessoas que vivem e convivem com o HIV/AIDS. Assim sendo, acreditamos que esse processo se transformou na medida em que a realidade social dos sujeitos se movimentou, o que gerou desafios e tornou tais serviços cada vez mais fundamentais. Este entendimento nos permitiu estabelecer olhares para os devires, sobretudo, quando consideradas as realidades vivenciadas pelos sujeitos, os diferentes modos pelos quais estes mesmos acessam, interpretam e produzem realidades múltiplas de saúde, uma vez que entendemos a saúde como uma dimensão política da vida.

REFERÊNCIAS

- ABONG. **Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais**. Tudo o que você precisa saber antes de escrever sobre ONGs, 2014, 20 p.
- APPA. **Associação Prudentina de Prevenção à AIDS**, Presidente Prudente – SP. Notas: Histórico da Entidade, 2011.
- BARCELLOS, Christovam; BASTOS, Francisco Inácio. Redes sociais e difusão da AIDS no Brasil. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, v.121, n.1, p.11-24, 1996.
- BASTOS, Francisco Inácio. A Feminização da Epidemia de AIDS no Brasil: Determinantes Estruturais e Alternativas de Enfrentamento. **Coleção ABIA - Saúde Sexual e Reprodutiva**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 1-27, 2000.
- BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Dispõe sobre a instituição de normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. Diário Oficial da União, Brasília, DF, jul. 2014.
- BRITO, Ana Maria de; CASTILHO, Euclides Ayres de; SZWARCOWALD, Célia Landmann. AIDS e infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada. **Rev. da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, n. 34, v. 2, p. 207-217, 2000.
- CAMPOS, Luiz Claudio Marques. ONGS/AIDS: acesso a fundos públicos e sustentabilidade de ações. **Rev. RAE (Revista de Administração de Empresas)**, v. 48, p. 81-93, 2008.
- CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro – RJ: Bertrand Brasil, 2000, p. 117-140.
- COSTA, Márcio Luis; BERNARDES, Anita Guazzelli. Produção de Saúde como Afirmação de Vida. **Rev. Saúde e Sociedade**, v.21, n.4, p.822-835, 2012.
- CZERESNIA, Dina. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de. (Org.). **Promoção da Saúde: reflexões, conceitos, tendências**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003, p. 39-53.
- GALVÃO, Jane. As respostas das organizações não-governamentais brasileiras frente à epidemia de HIV/AIDS. In: PARKER, Richard (Org.). **Política, instituições e AIDS – enfrentando a epidemia no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora/Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. 1997, p. 69-108.
- GARCIA, Sandra; KOYAMA, Mitti Ayako Hara. Estigma, discriminação e HIV/Aids no contexto brasileiro, 1998 e 2005. **Rev. Saúde Pública**, n. 42, v. 1, p.72-83, 2008.
- GRANGEIRO, Alexandre; SILVA, Lindinal Laurindo da; TEIXEIRA Paulo Roberto. Resposta à AIDS no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária. **Rev. Panamericana Salud Publica**, v. 26, n. 1, p. 87-94, 2009.
- GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde Pública e Política Urbana: memória e imaginário social. 2000. 224 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p.36-51, 2021.

- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas - SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997, 198 p.
- MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**. v. 24, n. 2, p. 219-242, 2000.
- MONTEIRO, Ana Lucia; VILELA, Wilza Vieira. A criação do Programa Nacional de DST e Aids como marco para a inclusão da ideia de direitos cidadãos na agenda governamental brasileira. **Psicologia política**, v. 9. n. 17, p. 25-45, 2009.
- NEMES, Maria Ines Battistella; CASTANHEIRA, Elen Rose Lodeiro; MELCHIOR, Regina; ALVES, Maria Teresa Seabra Soares de Britto e; BASSO, Cáritas Relva. Avaliação da qualidade da assistência no programa de AIDS: questões para a investigação em serviços de saúde no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 20, n. 2, p. 310-321, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, 152 p.
- PAIVA, Vera; ALONSO, Luiza. Apresentação – Em tempos de AIDS. In: PAIVA, Vera (Org.). **Em tempos de AIDS: viva a vida: sexo seguro, prevenção, drogas, adolescentes, apoio psicológico aos portadores**. São Paulo: Summus, 2º ed., 1992, p. 07-15.
- PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. Best Seller/Ed. Nova Cultural LTDA, 1991, 295 p.
- PEDROSO, Mateus Fachin. Contextos geográficos da AIDS e os espaços vividos por jovens com HIV em Presidente Prudente – SP. 2017. 243 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente.
- PEDROSO, Mateus Fachin. Flores e dores, vozes e vidas: contexto geográfico de mulheres e suas experiências interseccionais em Presidente Prudente, SP. 2022. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.
- PEDROSO, Mateus Fachin. Políticas públicas e HIV/AIDS: um balanço acerca dos serviços de saúde em Presidente Prudente, SP. **Rev. Geopuata**, v. 7, p. 01-22, 2023.
- PEDROSO, Mateus Fachin; GUIMARÃES, Raul Borges. Geografia do HIV/AIDS entre falas: análise do discurso de jovens soropositivos em Presidente Prudente, SP. **Rev. Brasileira de Geografia Médica e da Saúde – Hygeia**, v. 15, n. 31, p. 82-94, 2019.
- PEEDROSO, Mateus Fachin. Corporeidades e metodologia de pesquisa geográfica: reflexões e práxis feministas. **Rev. latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 15, p. 152-166, 2024.
- PESSOTO, Umberto Catarino. A regionalização do Sistema Único de Saúde – SUS no fim dos anos 1990: um discurso conservador. 2010. 190 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2010.
- POLLAK, Michael. **Os homossexuais e a AIDS: sociologia de uma epidemia**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1990.
- POUPART, Jean. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.
- PRADO, Rogério Ruscitto do. Análise espaço-temporal dos casos de AIDS no estado de São Paulo – 1990 a 2004. 2008. 106 f. Tese (Doutorado em Ciências – Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Serviços de Atendimento Especializado (SAE)**, Presidente Prudente – SP. Pesquisa documental, 2018.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando; JUNCQUES, Ivan Jairo. **Construindo a ciência**: elaboração crítica de projetos de pesquisa. Curitiba: Pós-escrito, 2009. 92 p.

UNAIDS, Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS. **Guia de terminologias do UNAIDS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017, 46 p.

VALLE, Carlos Guilherme do. Identidades, doença e organização social: um estudo das “Pessoas Vivendo com HIV e AIDS”. **Rev. Horizontes Antropológicos**, n. 17, p. 179-210, 2002.

ZUSMAN, Perla. La tradición del trabajo de campo em Geografía. **Geograficando**, v. 7, n. 7, p. 15-32, 2011.

CRedit Author Statement

Reconhecimentos: Agradecemos a equipe gestora, voluntárias(os) e funcionárias(os) da antiga Associação Prudentina de Prevenção à AIDS (APPA), atual Associação Prudentina de Incentivo à Vida (APIV) pelo respaldo, cuidado e atenção prestados com a mais alta qualidade.

Financiamento: Agradecemos também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio e fomento da pesquisa no período de 2018 a 2020 (Bolsa no país - processo nº 2018/05706-2), e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), responsável pelo financiamento de pesquisa no período de 2020 a 2022 (Bolsa no país - processo nº 88887.513741/2020-00).

Conflitos de interesse: Não houve.

Aprovação ética: A realização da pesquisa está sob o resguardo do CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética). Processo nº 89182918.4.0000.5402.

Disponibilidade de dados e material: Não.

Contribuições dos autores: Conceituação; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Supervisão; Redação (esboço original); Escrita (revisão e edição).
